



NEOEXTRATIVISMO E MINÉRIO-DEPENDÊNCIA EM BARRO ALTO, GOIÁS

Jemima Tosta Vieira ¹

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves ²

RESUMO

O estudo analisa o neoextrativismo como modelo econômico e a minério dependência em Barro Alto de Goiás, município impactado pela mineração de níquel pela Anglo American. O modelo neoextrativista impulsionado pela alta de commodities e validado pelo Estado, transformando a paisagem e gerando conflitos territoriais e impactos socioambientais. Uma pesquisa qualitativa evidencia a minério dependência, que mantém o município subordinado ao capital externo enquanto é legitimado pelo discurso de geração de renda e promessas de emprego. O estudo conclui que o neoextrativismo é um modelo que perpetua desigualdades históricas sem diversificar a economia com custos socioambientais, interferindo na dinâmica territorial do município.

Palavras-chave: Barro Alto; Neoextrativismo, Minério-dependência, Mineração.

RESUMEN

El estudio analiza el neoextractivismo como modelo económico y la minerodependencia en Barro Alto de Goiás, municipio impactado por la minería de níquel de Anglo American. El modelo neoextractivista, impulsado por el alza de las *commodities* y validado por el Estado, transforma el paisaje y genera conflictos territoriales e impactos socioambientales. Una investigación cualitativa evidencia la minerodependencia, que mantiene al municipio subordinado al capital externo mientras es legitimada por el discurso de generación de ingresos y promesas de empleo. El estudio concluye que el neoextractivismo es un modelo que perpetúa desigualdades históricas sin diversificar la economía con costos socioambientales, interfiriendo en la dinámica territorial del municipio.

Palabras clave Barro Alto; Neoextractivismo; Minerodependencia; Minería.

INTRODUÇÃO

No começo do século XXI, o crescimento do mercado global de *commodities* estabeleceu o neoextrativismo como o modelo dominante de exploração econômica de recursos naturais não renováveis na América Latina e Caribe. Este modelo, focado na exportação em grande escala de produtos primários, impacta diretamente os territórios onde se estabelecem megaprojetos, causando implicações sociais, econômicas e ambientais. O neoextrativismo se

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UEG, jemimatostageo@gmail.com;

² Prof. Dr. Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UEG, ricardo.goncalves@ueg.br;



distingue do extrativismo tradicional principalmente por ocorrer em ambientes democráticos, com validação do estado e integração com o capital global (Gonçalves, 2024).

No Brasil, o Cerrado é um dos territórios mais impactados por esse modelo de extração mineral, com a atividade mineradora modificando significativamente suas dinâmicas territoriais. A cidade de Barro Alto (GO) é um exemplo disso, sendo cenário de grandes empreendimentos de mineração, principalmente de níquel, gerenciados por corporações multinacionais como a Anglo American. Esses projetos provocam uma restrição do espaço geográfico, afetando o meio ambiente, a comunidade local e os estilos de vida tradicionais.

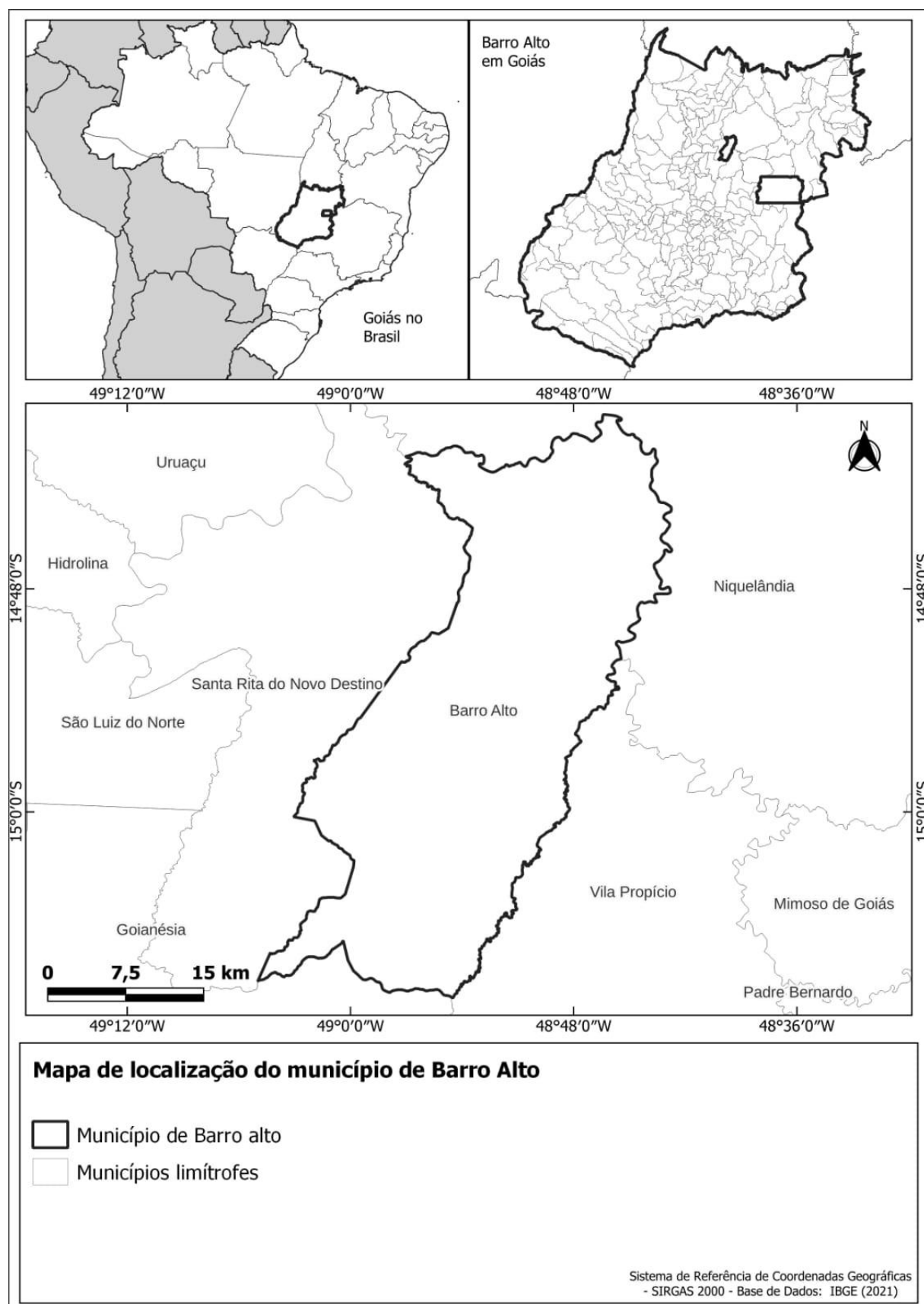
A partir da década de 2000 com instalação de megaprojetos de mineração pela empresa Anglo American e expansão desse megaempreendimento através de minas a céu aberto, instalação de redes de energia, estradas e pilhas de estéril é expressivo de transformações profundas na paisagem de Barro Alto. As mudanças no uso do solo, os efeitos ambientais e as novas correntes migratórias resultaram em uma nova organização territorial e produtiva territorializada no município. Neste cenário, a dependência do setor mineral tornou-se primordial para entender as relações de poder, produção e ocupação do território no município.

Este estudo examina a minério-dependência e as implicações territoriais da mineração em Barro Alto, definida como o nível de subordinação da economia local à extração mineral. Essa dependência prejudica a autonomia dos municípios, impacta as políticas governamentais e restringe a diversificação econômica. O estudo procura entender como a mineração em larga escala afeta a estrutura produtiva, as condições sociais da população e a configuração do espaço local, através de um modelo que concentra a renda e a capacidade de decisão fora da área explorada.

Barro Alto de Goiás, fica localizado no Centro Goiano, com uma população estimada em 10.371 habitantes no Censo de 2022. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$135.151,35, colocando a cidade na 6ª posição entre os 246 municípios do estado e na 108ª posição entre os 5570 municípios do Brasil. Em relação às receitas externas, 57,8% das receitas municipais em 2015 eram oriundas de fontes externas. No ano de 2017, o total de receitas realizadas pelo município foi de R\$56.611.850, enquanto o total de despesas empenhadas alcançou R\$59.366.720. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 foi 7 calculado em 0,742, refletindo o nível de desenvolvimento socioeconômico do município (IBGE, 2023).



Figura 1- Mapa Localização Barro Alto



Elaboração: a autora



METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em metodologia quali-quantitativa. Primeiramente, precede-se de uma revisão de literatura com ênfase em autores que abordam o conceito e as consequências do neoextrativismo, tais como Svampa (2016; 2019), Coelho (2016; 2018), Gudynas (2012) e Milanez (2021). A análise possibilita situar teoricamente os aspectos fundamentais do estudo, tais como dependência econômica, territorialização da mineração e expropriação de recursos.

No âmbito empírico, coletamos informações secundárias a partir de documentos oficiais, como o Censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relatórios da ANM – Agência Nacional de Mineração e dados socioeconômicos do município de Barro Alto. A escala temporal abrange o período de 2020 a 2023. Tais informações possibilitaram a análise das condições de pobreza, da estrutura econômica local e das relações de trabalho.

A combinação de referencial teórico e dados empíricos fundamentou a avaliação dos impactos da mineração no território e na vida dos habitantes locais, atendendo aos critérios de validade e consistência metodológica exigidos para estudos de natureza territorial e socioeconômica.

REFERENCIAL TEORICO

Para Svampa (2016) o neoextrativismo pertence ao centro da acumulação contemporâneo, exigindo uma quantidade cada vez maior de recursos para sua manutenção. O aumento do valor das commodities nos anos 2000, manteve o uso de recursos naturais não renováveis focado em um modelo econômico de espoliação, pouco diversificado voltado para exportação, onde o Estado legitima essa ação através da apropriação e redistribuição de uma pequena parcela gerada (Carvalho, Guerra e Milanez 2018)

Segundo para Svampa (2016), o neoextrativismo é um conceito de desenvolvimento baseado na exploração intensiva de recursos naturais, em especial os não renováveis, articulado em políticas estatais que justificam a atuação de grandes corporações. Svampa (2016, 2019) afirma que é um modelo econômico de espoliação, pouco diversificado voltado para exportação, legitimado pelo através da apropriação e redistribuição de uma pequena parcela gerada (Carvalho, Guerra e Milanez 2018). Eduardo Gudynas (2012) acrescenta que o neoextrativismo na América Latina ocorre dentro de governos democráticos, mas reproduz lógicas coloniais, subordinando territórios locais às demandas do capital global



.ocorre dentro de governos democráticos , mas reproduz lógicas coloniais , subordinando territórios locais às demandas do capital global .

Para Santos (2011) e Coelho (2017), minério-dependência é o estado em que a economia de uma área é restringida pela presença de atividades subordinadas a mineração , limitando sua autonomia e capacidade de diversificação. Essa a dependência não se reflecte apenas na economia , mas tambémna esferas políticas e sociais , à medida que as decisões estratégicas são tomadas em esferas fora da área local , por empresas multinacionais com interesses capitalitas em Barro Alto, a territorialização da mineração levou à subordinação do poder municipal aos interesses corporativos o estado se distanciou de seu papel regulador .

Milanez (2021) e Coelho (2018) afirmam que o discurso de responsabilidade social e de compensação ambiental promovido pelas mineradoras é mais eficaz para legitimar o modelo neoextrativista do que para provocar mudanças estruturais. As promessas de desenvolvimento local tendem a ser pontuais e passageiras, ao passo que os efeitos ambientais e sociais perduram, solidificando um ciclo de vulnerabilidade e dependência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (CAGED), no ano de 2020 Barro Alto contava com 2.921 vagas de trabalho formais, enquanto em 2022 esse total subiu para 3.510, o que representa um aumento de 20,16% na quantidade de empregos disponíveis no município. Considerando que o setor industrial passou de 1.301 postos de trabalho em 2020 para 1.564 em 2022, o que representa um aumento de 20%, é o segmento com maior expansão entre os outros setores: agropecuária , comércio, serviços e construção. Mesmo com esses números a mineração permanece a principal fonte de geração de emprego, sem que exista diversificação da economia local.

Conforme demonstrado na Tabela 2 , os dados disponíveis no portal de transparência de Barro Alto nos anos de 2020 a 2023 entre as receitas do municípios se encontram os seguintes impostos: Imposto Sobre Propriedade Predial (IPTU), Imposto sobre Qualquer Natureza (ISQN), Imposto sobre Transmissão Inter vivos (ITBI), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização, Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e Taxas Pela Prestação de Serviços em Geral.os seguintes impostos: Imposto Sobre Propriedade Predial (IPTU), Imposto sobre Qualquer Natureza (ISQN), Imposto sobre Transmissão Entre Vivos (ITBI), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Taxas de



Inspeção, Controle e Fiscalização, Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e Taxas Pela Prestação de Serviços em Geral.

Tabela 1 – Arrecadação de Impostos e Taxas do Município (2020-2023)

Ano	IMPOSTOS	TAXAS	TOTAL
2020	29.928.678,97	640.315,76	30.568.994,73
2021	29.871.482,16	640.315,76	30.511.797,92
2022	18.592.060,35	816.929,87	19.408.990,22
2023	26400725,64	1160040,41	27.560.766,05

Fonte: Portal da Transparência da prefeitura de Barro Alto de Goiás, 2025.

Elaboração: a autora

Os resultados sugerem que a economia de Barro Alto se baseia fortemente na mineração, tornando a cidade suscetível às flutuações do mercado de *commodities* global. A chegada da Anglo American, que realiza mineração no céu aberto, promoveu a reestruturação econômica da cidade, destacando a mineração como sua principal atividade.

Tabela 2- Porcentagem das receitas

Descrição	Valor (R\$)	% do Total
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial	347.140,19	1.31%
ITBI - Impostos sobre Transmissão "Inter"	409.846,06	1.55%
IRRF - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	2.229.400,00	8.44%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	23.470.137,04	88.66%
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	334.998,09	1.27%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	102.240,00	0.39%
Taxas Pela Prestação de Serviços em Geral	722.802,32	2.73%
Total	26.400.725,64	100.00%

Fonte: Portal da Transparência da prefeitura de Barro Alto de Goiás, 2025.

Elaboração: A autora

Dados da tabela 2, demonstram que a maior parte da receita do município são de imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN), cobrado de empresas e prestadores de serviços,



profissionais liberais e jurídicos por meio de emissão de notas, em Barro alto atividades minerárias elevam o valor do recolhimento desse imposto.

As outras atividades de produção local, como a agricultura e o comércio, permanecem em níveis secundários e com capacidade limitada de agregação de valor. A produção local se especializou e se tornou dependente, comprometendo a sustentabilidade a longo prazo. Pequenos agricultores enfrentam desafios para obter insumos e mercados, em virtude da concorrência desleal com grandes projetos de mineração.

Do ponto de vista social, a justificativa da geração de empregos é comumente utilizada para justificar a existência das mineradoras. Contudo, as informações do CadÚnico de 2023 apontam que 34% dos habitantes vivem em situação de pobreza e baixa renda. Além disso, os postos de trabalho mais complexos geralmente são ocupados por trabalhadores estrangeiros, limitando as oportunidades de ascensão social para os habitantes locais. No entanto, a juventude encontra barreiras para a entrada no mercado de trabalho, agravadas pela falta de educação adequada.

O deslocamento de comunidades se deve à mineração, à fragmentação de ecossistemas e à inviabilização de outras formas de produção. A mineração intensiva em água tem provocado conflitos com a agricultura familiar, especialmente durante os períodos de seca. As alterações ambientais também englobam o uso do solo, contaminação do ar, e a poluição dos recursos hídricos.

A minério-dependência, que inclui elementos econômicos e também políticos, ambientais e sociais, prejudica a soberania local, uma vez que o ordenamento territorial é influenciado por interesses de fora. Isso está alinhado com a definição de dependência sugerida por Santos (2011), que afirma que a economia de determinados territórios é influenciada pelo progresso de outras economias às quais estão vinculadas. Em Barro Alto, as mineradoras detêm o poder de decisão, afetando diretamente as políticas públicas, inclusive na elaboração do orçamento municipal.

Uma análise de Barro Alto indica que o modelo neoextrativista, embora se baseie em discursos de progresso, não resulta em bem-estar social. Os custos sociais e ambientais da mineração recaem sobre o território local, enquanto a riqueza gerada permanece técnica. Essa dinâmica corrobora a ideia de que o neoextrativismo representa uma nova modalidade de dependência não apenas econômica, mas também territorial e política, mantendo as desigualdades históricas que moldam o desenvolvimento do Cerrado em Goiás.

Outro ponto importante é a diminuição do papel do Estado como incentivador do progresso. Com a mineração desempenhando que pertence a governança, o município se torna refém das



grandes corporações, enfraquecendo a capacidade institucional local. Conforme afirmam autores como Coelho (2016) e Svampa (2019), a mineração atribuída ao setor privado obrigações que deveriam ser do Estado, gerando uma falsa sensação de avanço contínuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo confirma que Barro Alto se encontra em uma lógica de exploração típica do neoextrativismo, caracterizada por grandes impactos territoriais, dependência econômica de uma única atividade, concentração de renda e continuidade da pobreza. Apesar de promover o crescimento econômico temporário, a mineração não assegura um desenvolvimento sustentável nem uma inclusão social eficaz.

A análise de Barro Alto indica que o modelo neoextrativista, embora se baseie em discursos de progresso, não resulta em bem-estar social. Os custos sociais e ambientais da mineração recaem sobre o território local, enquanto a riqueza gerada permanece técnica. Essa dinâmica corrobora a ideia de que o neoextrativismo representa uma nova modalidade de dependência não apenas econômica, mas também territorial e política mantendo as desigualdades históricas que moldam o desenvolvimento do Cerrado em Goiás.

O estado concentra investimentos para manter essas atividades, o que impede a diversificação da economia a diversificação. Os municípios que mineram, recebem pagamentos de impostos, empregos e geram receita, dependendo da infraestrutura construída para a mineração. minerar, receber pagamentos de impostos, ofertas de emprego e geração de receita dependem da infraestrutura construída para mineração. Coelho (2017). Fatores como esses podem nos levar a concluir que o modelo econômico atual, baseado na expropriação dos recursos minerais e na ocupação territorial, favorece a dependência da mineração, não diversifica a economia local e deixa a população vulnerável às flutuações dos preços das commodities.

Barro Alto ilustra a vulnerabilidade das cidades que se baseia em suas economias na extração de minerais. A dependência da mineração expõe o município às oscilações do mercado global e prejudica a independência política local. Além disso, as disputas territoriais e ambientais ligadas ao modelo extrativista estabelecem restrições à sustentabilidade e à justiça socioambiental.

Nesse sentido, faz-se urgente repensar os instrumentos de regulação da atividade mineral, bem como fomentar políticas que promovam a diversificação econômica e a proteção das populações atingidas. É necessário também que o Estado reassuma o protagonismo no



planejamento territorial, garantindo a participação social e o respeito aos direitos das comunidades locais. Estudos futuros podem aprofundar as relações entre dependência mineral, organização comunitária e alternativas territoriais ao extrativismo predatório.

REFERÊNCIAS

BARRO ALTO, Goiás. Prefeitura Municipal. **Portal da Transparência**. Disponível em: https://acessoainformacao.barroalto.go.gov.br/cidadao/resp_fiscal/balancos_mg. Acesso em: 19 Abr. 2025.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. RENTISMO-NEOESTRATIVISMO: a isenção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990- 2017)). In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (org.). **TRAMAS PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Ufc, 2018. p. 19-57.

COELHO, Tádzio Peters. **Noventa por cento de ferro nas calçadas: mineração e (sub) desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A.** 2016. 332 f. Tese (Doutorado) - Curso de Centro de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelhor-2016-Noventa-por-cento-de-ferro-nas-cal%c3%a7adas-Tese-de-Doutorado.pdf>. Acesso em: 05 maio 2025.

GONÇALVES, Ricardo Assis. **Crônicas da mineração no Brasil**. Anápolis: Editora da UEG, 2024.

GUDYNAS, Eduardo. **O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões**. In: LENA, Philippe & NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Garamond & IRD, Rio de Janeiro, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE Cidades – Barro Alto (GO). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/barro-alto/panorama>. Acesso em: 23/12/2024.

SEVILHA, Fabíula. História ambiental da Capitania de Goiás: mineração e transformação agroecológica da terra (1726-1822). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 30, p. 100-115, 2017

SVAMPA, Maristela. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019. 192 p.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **EXTRACTIVISMOS: ecologia, economia y politica de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. *Geographia*, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 127, 23 maio 2018. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF.



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

<http://dx.doi.org/10.22409/geographia2018.v20i42.a13840>.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.